



A POLÍTICA TERRITORIAL DAS VIAGENS CIENTÍFICAS LUSO-BRASILEIRAS NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA NA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NATUREZA (1778–1810)

Marcia Maria Costa Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Bartolomeu Israel Souza

Universidade Federal da Paraíba

José Otávio Aguiar

Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

O objetivo deste artigo envereda-se pela história da construção da ideia de Natureza no século XVIII ao sabor da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, implementadas pela metrópole lusitana na América portuguesa. Nesse sentido, pressupomos, que a ideia de Natureza esteve forjada pela territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras. Logo, levantamos as seguintes questões: Que objeto material poderemos extrair a ideia de Natureza pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Será que a ideia de Natureza era ratificada pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Esses questionamentos, guiaram nossa metodologia por meio de pesquisa documental e bibliográfica e no decorrer de nosso processo investigativo, selecionamos dois tipos de fontes impressas: Os dicionários portugueses do século XVIII e as cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino. Da análise bibliográfica e documental, vimos, que todos os termos descritos nas cartas administrativas, sobretudo às de Rodrigo de Souza Coutinho, evidenciam uma ideia de Natureza estruturada pela política de mando da Secretaria de Estado Ultramarino e ratificada pelos naturalistas viajantes. Assim, a ideia de Natureza da América portuguesa era vista como objeto exploratório e utilitário com fins econômicos, apoiada pela ciência, sobretudo pelos estatutos da História Natural produzida na Universidade de Coimbra e na Academia Real de Lisboa, que tinham acentuada dependência do poder central.

Palavras-chave: Política territorial, viagens científicas luso-brasileiras, ideia de natureza.

the territorial policy of Luso-Brazilian scientific voyages in the Sertão of Portuguese America in the construction of the idea of nature (1778–1810)

ABSTRACT

The objective of this article is to explore the history of the construction of the idea of Nature in the 18th century considering the territorial policy of Luso-Brazilian scientific travel, implemented by the Lusitanian metropolis in Portuguese America. In this sense, we assume that the idea of Nature was forged by the territoriality of Portuguese Brazilian scientific trips. Therefore, we raise the following questions: What material object can we extract the idea of Nature through the territorial policy of Portuguese Brazilian scientific travel? What idea of Nature was ratified by the territorial policy of Portuguese Brazilian scientific trips? These questions guided our methodology through documentary and bibliographical research and during our investigative process, we selected two types of printed sources: Portuguese dictionaries from the 18th century and official letters from the Secretariat of State for the Navy and Overseas Dominions. From the bibliographic and documentary analysis, we saw that all the terms described in the administrative letters, especially those from Rodrigo de Souza Coutinho, highlight an idea of Nature structured by the policy of the Overseas State Secretariat and ratified by traveling naturalists. Thus, the idea of Nature in Portuguese America was seen as an exploratory and utilitarian object with economic purposes, supported by science, especially by the Natural History statutes produced at the University of Coimbra and the Royal Academy of Lisbon, which were heavily dependent on the central power.

Keywords: Territorial politics, Luso-Brazilian scientific journeys, idea of nature.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em discutir a construção da ideia de Natureza no século XVIII ao sabor da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, implementadas pela metrópole lusitana na América portuguesa. Nesta direção, entendemos que ideia é construída socialmente. Numa perspectiva da geografia, Carlos Walter Porto-Gonçalves afirma que “o conceito de natureza não é natural” e explica, que “[...] em qualquer sociedade e em qualquer cultura se cria, se inventa e se institui uma determinada ideia do que seja a Natureza [...]” (Porto-Gonçalves, 1998, p 23). Logo, essa compreensão direciona nossa discussão sobre a construção social da ideia de Natureza, por meio de determinações históricas da

política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, implementada pela metrópole portuguesa na colônia da América portuguesa.

O ano de 1772 é demarcado pelos “Estatutos Pombalinos”, que foi organizado em forma de livros e continha “[...] textualmente, que os Estatutos se destinavam à «nova criação da Universidade de Coimbra [...]” (AUC, 2021). Os Estatutos Pombalinos, considerado um marco na Reforma Universitária, também impulsionou a urbe Ilustrada de Coimbra e Lisboa a um conjunto de transformações culturais, político-econômica, protagonizada pelo Estado português em coparticipação com alguns membros da intelectualidade ilustrada da Universidade de Coimbra, reestruturando os espaços acadêmicos e criando um conjunto de faculdades e de novos Institutos de Pesquisas científicas e Museus de História Natural.

Mesmo dentro de um contexto de crise da Monarquia Absoluta pela “inesperada regência” de D. Maria (Pedreira e Costa, 2008, p. 52) afirmam, que houve um pacto social entre o Estado monárquico e a ciência na metrópole portuguesa, que se reinventa com vistas a recuperação da economia portuguesa, e no nosso entendimento, razão pelo qual houve um incremento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Em outras palavras, o Estado e território são indissociáveis na política, ou seja, são dois conceitos unos na política pela ótica de Antônio Moraes:

[...] no mundo moderno, em que o Estado, de imediato, definido como um Estado, dotado de território. Isto é, entre os qualitativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato dele possuir um espaço demarcado pelo exercício de poder. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois de um *Estado territorial* (Moraes, 2008, p. 51).

No entendimento deste autor, a construção política dessa jurisdição, pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma parcela do espaço, se expressa e se materializa, o exercício de poder, produzido pelo aparato estatal. Sendo assim, compreendemos, que na agenda Reformista Ilustrada da gestão pombalina, se implementou o exercício de poder pela política de gestão dos territórios ultramarinos, e dentro o seu plano de ação, se investiu no que consideramos de política territorial das viagens científicas luso-brasileiras.

Logo, podemos inferir, que houve um processo de territorialização das viagens científicas luso-brasileiras, na medida em que o Estado português e as instituições de pesquisa planejavam, controlavam e, portanto, de forma centralizadora, dominavam territórios e ao mesmo tempo exploravam a Natureza. E no estudo de Márcia Gomes, trata-se de “um novo ordenamento territorial no âmbito político-administrativo de poder, relativo as viagens científicas luso-brasileiras, que na

nossa perspectiva geográfica histórica, qualificamos de *Território Ilustrado*” (Gomes, 2021 p. 70).

Importante compreender o conceito de ordenamento territorial e pela perspectiva de (Silva, 2007, p. 282) consiste “[...] mais do que uma organização espacial, uma “forma”, mas um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede”. Na análise deste autor, o ordenamento territorial não está dissociado das práticas sociais de determinados períodos históricos, no qual reúne informações vinculadas ao conteúdo técnico e político.

Assim sendo, compreendemos que *Território Ilustrado*, consiste numa área de dominação político-administrativa do Estado monárquico português, vinculado à ciência Ilustrada, que controlava e delimitava pelo exercício de poder no processo de investigação da Natureza, demandada pelas viagens científicas luso-brasileiras no território colonial. Mas, o que significa território colonial? Os estudos de Antônio Carlos R. Moraes, nos oferece o seguinte esclarecimento:

O território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os encaves e regiões); e os fundos territoriais como reserva para a expansão futura da ação colonizadora (Moraes, 2009, p. 65).

Essa explicação consubstancia e nos auxilia na compreensão do que estamos denominando de *Território Ilustrado*, ao demonstrar que no domínio da administração metropolitana portuguesa, havia uma dinâmica de exploração, objetiva e material, que se fragmentava espacialmente em zonas ou áreas de uso e não uso, dentro do território colonial, conforme os interesses político-econômicos. Logo, nesse complexo jogo de poder e domínio territorial no Antigo Sistema Colonial, compreendemos, que começaram a surgir outras demandas conjunturais na relação do uso e exploração do território, o das viagens científicas luso-brasileiras.

Assim sendo, podemos inferir, que nesse período do Reformismo Ilustrado uma das estratégias de exploração do uso do território colonial se deu pela dinâmica das viagens científicas. Logo, o *Território Ilustrado* se efetivava objetivamente, na medida em que os naturalistas viajantes atuavam *in lócus* no processo de investigação da Natureza em pontos estratégicos do território colonial, nas quais as relações de poder se davam hegemonicamente pela política de mando do Estado metropolitano português.

Portanto, o Estado monárquico, por meio da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, definia rotas de investigação científica para os naturalistas viajantes luso-brasileiros, seja no entorno de áreas de encaves e regiões

geoeconômicas, seja em áreas de reservas para a expansão futura de ação colonizadoras ou em quaisquer áreas ainda não exploradas cientificamente.

Em vista disso, podemos depreender, que nossa análise geográfica histórica sobre as viagens científicas luso-brasileiras se baseia na categoria *território*, que leva em consideração as condições históricas do período do Reformismo Ilustrado e da relação sociedade-Natureza. Logo, essa categoria-chave *Território Ilustrado*, permite também fazermos uma reflexão sobre as relações de poder, que estiveram entrelaçadas entre o Estado monárquico português e a ciência Ilustrada, sobretudo nos domínios dos estatutos da História Natural portuguesa. Portanto, Território e Natureza são indissociáveis.

METODOLOGIA

A investigação se baseou na pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica selecionamos artigos, dissertações e teses, que tratou da temática das viagens científicas luso-brasileiras. Em relação à pesquisa documental, selecionamos dois tipos de fontes: Dois *Dicionários portugueses* do século XVIII e nove *cartas oficiais* da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino.

Quanto aos Dicionários portugueses, elegemos dois, de autoria do padre D. Rafael Bluteau, o “Vocabulario Portuguez e Latino: Aulico, Anatomico, Architetonico [...] de 1712-1728” e o Dicionario da Lingua Portuguesa” publicado em 1789, mas reformulado por Antonio de Moraes Silva; disponibilizado em plataforma digital (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin). Em relação às cartas oficiais da Secretaria de Estado, nos detemos a gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Impressas), especificamente, àquelas direcionadas ao naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara.

A política territorial das viagens científicas luso-brasileiras nos sertões da América Portuguesa (1778–1810)

Para compreendermos a ideia de Natureza na/da América portuguesa pela política territorial das viagens científicas, elaboramos um mapa temático com base em várias pesquisas bibliográficas entres eles, (Aguiar e Buriti, 2009; Aguiar, 2011; Pereira, 2014; Kury et al., 2012). Nossa pesquisa esteve direcionada, sobretudo aos textos que versam sobre viagens científicas e/ou de cunho biográfico, que por vezes mencionam algumas rotas geográficas dos naturalistas viajantes no período de 1778-1810.

Conforme estudos sobre os naturalistas viajantes, muitos dos botânicos, naturalistas e viajantes que vieram ao Brasil, guiados por princípios e teorias da ciência praticada na Europa nos séculos XVIII e XIX, coletaram e enviaram informações encomendadas pelas Academias Reais de Ciências, com vistas a satisfazer as necessidades utilitárias da Corte portuguesa. Nesse sentido, era

necessário conhecer e explorar os recursos naturais dessas Capitâneas com vistas em favorecer a sua exploração comercial (Aguiar e Buriti, 2009).

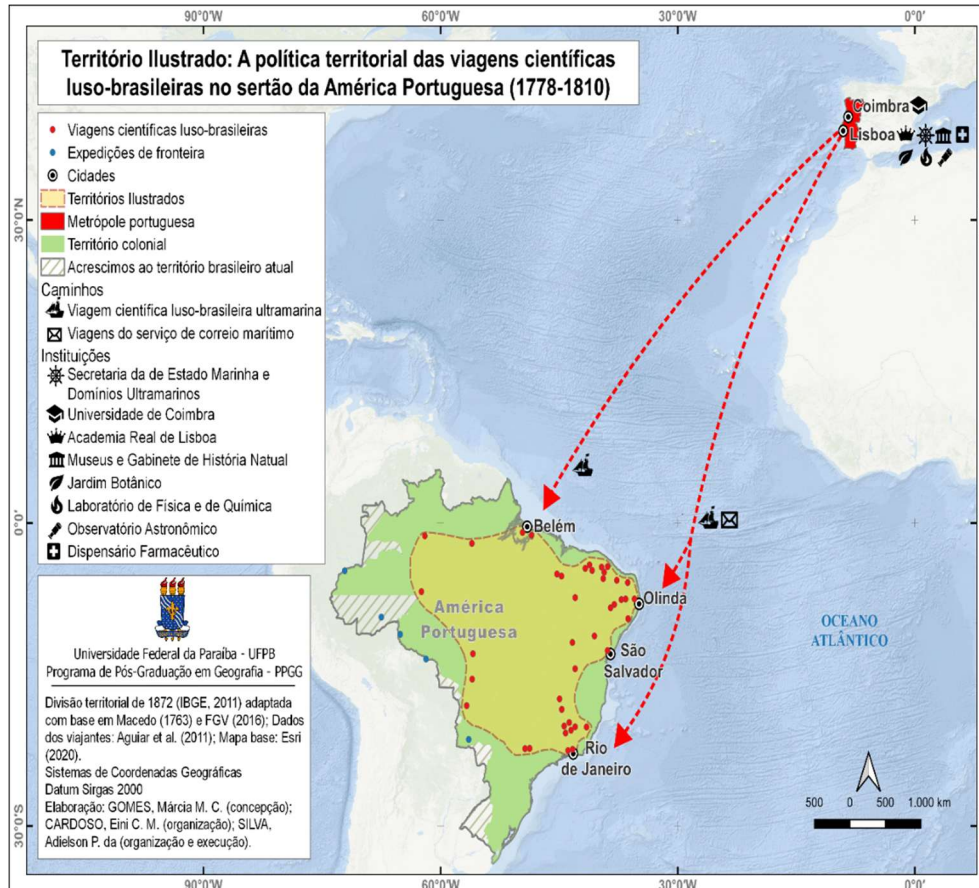
Para esses autores, embora haja uma vasta historiografia sobre as narrativas de viajantes naturalistas de espaços biogeográficos nos sertões do atual cerrado ou mesmo na Mata Atlântica, nas “[...] Capitâneas do então Norte, apenas esparsos escritos históricos têm sido elaborados com o intuito de atentar para o olhar dos naturalistas viajantes em torno da paisagem litorânea e sertaneja dessa região” (Aguiar e Buriti, 2009, p. 348). Assim, a partir das escassas referências sobre os naturalistas viajantes, sobretudo das caatingas das Capitâneas do Norte, que, foi possível realizar um traçado aproximado das viagens científicas por meio do mapa (Figura 1).

Importante ressaltar, que os mapas devem servir como recurso metodológico relevante, não apenas para designar a localização e/ou pontos de referências, mas para aproximarmos do objeto de estudo e daquela complexa realidade do passado colonial. Pois, no campo da pesquisa geográfica histórica, “[...] não há recortes territoriais sem significado explicativo [...]” (Castro, 2003, p. 138). Ademais, o mapa além de ser um recurso metodológico relevante na análise geográfica histórica, embora não exclusivo, “[...] torna mais legíveis os conhecimentos consignados por escrito” (Claval, 2014, p. 79). Logo, o mapa territorial das viagens científicas luso-brasileiras “[...] não encerra nossa análise geográfica histórica, ao contrário, marca seu início” (Almeida e Passini, 2005, p. 13).

A Figura 1 demonstra uma síntese aproximativa da estrutura das viagens científicas luso-brasileiras no período de 1778 a 1810 conforme descrito na legenda as respectivas instituições político-administrativa, envolvidas nesse processo. Além disso, o mapa expõe um modelo de representação da dinâmica espacial de controle territorial para a exploração dos recursos naturais, que envolvia a metrópole portuguesa e a colônia da América portuguesa. Os pontos vermelhos dispersos espacialmente no território colonial se referem às viagens científicas, empreendidas pelos naturalistas luso-brasileiros, com exceção dos pontos azuis, situados nas fronteiras do Noroeste e Sudoeste, que se referem as expedições de fronteiras com propósito geográfico-militar (Leitão, 1941).

Embora essas viagens de fronteiras não seja nosso foco de estudo, situamos no mapa para demonstrar que a política-administrativa da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, atuava concomitantemente em duas frentes: nas viagens científicas luso-brasileiras e nas expedições de fronteiras. Nessa questão, (Raminelli, 2008, p. 11) distingue bem o papel dessas viagens: “se a geografia permitia a delimitação de fronteiras, a história natural reunia notícias de plantas, lavouras e comunidades indígenas, responsáveis pela efetiva ocupação dos limites e fomento do comércio colonial”.

Figura 1. Território Ilustrado: A política territorial das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa (1778-1810)



Fonte: IBGE, 2011, adaptada com base em Macedo, 1763; FGV, 2016; AGUIAR et al., 2011.

Em relação ao tracejado de cor avermelhada, em que se destaca internamente na cor amarelada no território colonial, representa uma configuração político-administrativa das viagens científicas, na qual denominamos de *Território Ilustrado* (Gomes, 2021). No que se refere a representação territorial constituída pelos pontos vermelhos, indicam as áreas, o sítio geográfico ou o *locus*, aproximativos das investigações científicas desenvolvidas pelos naturalistas viajantes luso-brasileiros no período de 1778 a 1810 nos sertões da América portuguesa. Pois, nos achados de nossa pesquisa bibliográfica, sobretudo, as de cunho biográfico dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, não encontramos uma descrição precisa das rotas de viagens percorridos por cada naturalista viajante.

Assim sendo, podemos afirmar, que os naturalistas viajantes circundavam em áreas de difícil acesso como serras, planalto, encostas e na maioria das vezes, as pesquisas científicas se davam em áreas de trânsito, próximos as vilas, as aldeias, ou em raras cidades. Ainda assim, encontramos algumas rotas indicativas em

áreas ainda não consolidadas economicamente, como em núcleos de aldeamentos, ou em áreas contíguas aos núcleos econômicos existentes (próximos aos engenhos e/ou de pecuária); ou mesmo nos fundos territoriais (terras de reservas para futura expansão colonizadora) nos sertões da América portuguesa.

Portanto, dentro de nossa perspectiva geográfica histórica, o *Território Ilustrado*, constitui uma configuração político-administrativa, fruto dos desdobramentos do processo colonizador das viagens científicas luso-brasileiras, que se configurou dentro da última fase do colonialismo mercantilista, em fins do século XVIII e início do XIX.

Importante lembrar, que nesse período, a expansão territorial, conforme estudos de Capistrano de Abreu se deu em direção ao interior pela dinâmica de dispersão e irradiação geográfica em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco (Abreu, 1998). Portanto, no início do século XVIII, ainda não havia uma cartografia bem definida, na qual observamos nas cartas sertanistas (Biblioteca Digital Luso Brasileira, on-line) e constatamos, que havia traçados ainda imprecisos.

Segundo estudos históricos dos mapas de Jaime Cortesão, havia um conceito geográfico “Ilha-Brasil” produzido pelas cartas quinhentistas e seiscentistas, ou seja, esse conceito era constituído de um mito expansionista; uma vez que não havia uma unidade geográfica político-administrativa (Cortesão, 1965). Conforme esse autor, o conceito de Ilha-Brasil, surge como definição de um Estado delimitado, uma criação política, pois havia uma concepção duma Ilha-Brasil rodeada pelo oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, bastante vulgar na cartografia desde a segunda metade do século XVI, pois, o mito Ilha-Brasil foi necessário a soberania territorial do Estado português na América.

Conforme estudos de (Fonseca, 1992), esse mito expansionista geográfico somado ao imaginário navegante sobre um território e uma Natureza ainda desconhecidos, nutriram a percepção dos portugueses sobre o Novo Mundo. Não obstante, é no período iluminista, que começa a desconstruir a narrativa duma geografia fantástica e da visão do Paraíso (Holanda, 2000) para construir uma nova ideia sobre o território colonial, sobre o sertão e, não menos, sobre a Natureza, baseada na ciência, sobretudo nos domínios da História Natural.

Sem pormenorizar o debate conceitual sobre o sertão, encontramos nos achados de nossa pesquisa o seu significado no verbete de dois dicionários portugueses do século XVIII, escritos pelo padre D. Rafael Bluteau e como já dito, esses dicionários expressavam as ideias iluministas e também exerceram forte influência na sociedade portuguesa e também no grupo elitizado dos naturalistas viajantes luso-brasileiros.

O primeiro, publicado em 1712, intitulado “Vocabulario Portuguez e Latino: Aulico, Anatomico, Architetonico [...]”, descreve: “Região, apartada do mar & por todas as partes, metida entre terras [...]”. No segundo, intitulado “Diccionario da Lingua Portuguesa” publicado em 1789, reformulado por Antonio de Moraes

Silva, informa: “Sertão, o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa; [...]. O sertão toma-se por mato longe da costa [...]” (1712, p. 396).

Essas descrições permitem nos aproximarmos daquele passado longínquo, ou seja, de dimensionarmos a percepção dos portugueses sobre o sertão durante todo o século XVIII e que persistiu na memória cultural e na geração de naturalistas luso-brasileiros do século posterior. Não obstante, ao que tudo indica, nem todos os naturalistas luso-brasileiros compartilhavam dessa mesma visão, sobretudo, Manuel Arruda da Câmara, conforme veremos detidamente no terceiro capítulo em diante.

Desses significados expostos nos verbetes, há dois elementos importantes a serem considerados: o primeiro, refere-se a uma descrição atribuída a uma localização geográfica pela diferenciação dos lugares, tendo como ponto de referência o litoral. O segundo significado do sertão, consiste numa percepção atribuído a um lugar da invisibilidade da presença humana, de “vazios demográficos” e de terras desocupadas, conforme (Moraes, 2009). O autor afirma, que as características qualitativas sobre o sertão, estiveram prenhes de intencionalidade e interesses no campo do domínio territorial.

Em conformidade com os estudos de (Moraes, 2009, p. 90), o sertão pela ótica colonizadora é um espaço apropriado para “[...] a expansão como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominados a fluxos econômicos [...]”. Podemos inferir, que essa visão sobre o sertão colonial se associou a outras dimensões que influenciaram a vida social na colônia, a exemplo da percepção sobre a Natureza do e no sertão da América portuguesa. Nesse sentido, pressupomos, que a ideia de Natureza esteve forjada pela territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras.

Logo, levantamos as seguintes questões: Que ideia de Natureza da América portuguesa era expressa nas entrelinhas da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Que elemento material poderemos extrair essa ideia de Natureza que está subentendida? Posto isto, iniciamos nossa busca pelo “Vocabulário Portuguez” de 1712, e conforme descrito no verbete, a palavra “Natureza” se apresenta em duas páginas, com um conjunto variado de significações, e dentre eles, escolhemos três concepções, que se aproximam com a nossa discussão, a dos antigos filósofos, para a História Natural e para os médicos. Assim sendo, segue a descrição do verbete Natureza:

A essa palavra derão os Filósofos antigos, várias significações [...] outras vezes querião que a *Natura* fosse o mesmo que Deos, não admitindo differença alguma entre a (Natureza, e o Autor della, & dessa opinião foi Plinio, como se vê logo no princípio da Historia natural. [...] Natureza segundo os Medicos he uma virtude que rege o corpo do animal mediante o calor, & o espirito natural, & essa mesma virtude governa, &

conserva o corpo em todas as suas obras, & funções [...] (Bluteau, 1712, p. 4319-4320).

O verbete demonstra as diversas percepção da Natureza e pela História Natural, estaria relacionada aos construtos do pensamento Iluminista estava dissociada da razão instrumental, pois nesse período Iluminista a pauta em discussão se girava em torno do papel da História Natural e da Teologia Natural (Ferreira, 2016). Esse processo se deu de forma lenta, pois, a Teologia Natural desde dois séculos anteriores, fornecia os alicerces morais para o domínio da Natureza. Na compreensão de (Gonçalves, 1998, p. 34), “[...] O Iluminismo [...] se encarregará de limpar a filosofia renascentista de seus traços religiosos dos medievalistas”. Para o autor inicia-se um processo de dessacralização da Natureza no século das Luzes.

Recorremos ao segundo “Diccionario da Lingua Portugueza” de 1789 e, na nossa busca, procuramos novamente no verbete, a palavra “Natureza” e diferentemente do outro dicionário, encontramos um conjunto de significações bastante abreviadas, contendo poucas definições sobre Natureza e dentre elas, faz-se menção à Deus, as leis da Natureza física e a leis da Natureza moral. Logo, a Natureza significava:

[...] Todo o Universo, todas as coisas criadas: *Deus* é o *Autor* da Natureza, a ordem da Natureza, [...] coisas que a Natureza produz; [...]. Leis da Natureza física são as relações, que os corpos guardão entre si, em seus movimentos; [...]. As Leis da Natureza moral; o que o homem deve obter a respeito de Deus, de si, e dos homens, para viver feliz, e bem aventurado, alcançado essas obrigações por meyo do bom uso e da razão. (Silva; Bluteau, 1789, p. 1146).

Observamos que a concepção de Natureza, conforme (António Nunes, 2002) em fins do século XVIII conservava uma ligação com a divindade, evidenciando uma permanência de uma mentalidade pré-científica. Nesse contexto das produções de dicionários e enciclopédias, Bruno F. L. Ferreira faz advertência pertinente ao registro do novo vocabulário da Luzes, que era “[...] muitas vezes expressões adaptadas ao Português a partir do Francês – indicava não só o uso corrente das palavras, mas a presença dos conceitos, ideias, ideologias e debates que adentraram ao tecido social português e luso-brasileiro [...]” (Ferreira, 2016, p. 42).

Além dessa questão, o estudo de (Cavaliere, s/d) nos demonstra, as relações em que o gramático António de Moraes Silva esteve envolvido, o de vinculação com a sua condenação do Santo Ofício e a sua fuga para a França e para a Inglaterra. Logo, as novas interpretações sobre o significado de Natureza no verbete do Dicionário de Bluteau, reformulado pelo gramático e lexicógrafo António de M.

Silva, de 1789, se justifica porque o mesmo, não queria se comprometer com conflitos dessa ordem.

O estudo de Capanema discute o conceito de Natureza, produzida nos escritos setecentistas das Minas do Ouro do século XVIII, e dentre algumas referências, baseia nos estudos de Pedro Calafate e na sua interpretação afirma, que dentre vários entendimentos sobre a Natureza, é de que ela “[...] foi concebida como ‘autoridade’, pois o conceito se prestou a reforçar a defesa de ideias nos discursos políticos” (Capanema, 2013, p. 29)

Para essa autora, as significações da Natureza, contrariavam a habitual ideia do século XVIII, que era excessivamente racionalista. Portanto, em pleno século da Luzes, os dicionários portugueses carregavam vários significados de Natureza, estava entremeadado por uma multiplicidade de sentidos. Nessa etapa investigativa, nos debruçamos na leitura das cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, no intuito de captar a ideia de Natureza pela territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras nos sertões da América portuguesa, estruturada pelo Estado português no período de 1778-1810.

A escolha das cartas oficiais dessa referida Secretaria se deu pelo critério de aproximação direta com nosso objeto de estudo. Logo, elegemos as cartas oficiais da gestão de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810), que estiveram diretamente relacionada com o processo de investigação da Natureza e especificamente vinculada à Manuel Arruda da Câmara. Para a leitura das cartas e sistematização do Quadro 01, com base na metodologia de análise documental de uma pesquisa historiográfica. Selecionamos todas as 09 cartas impressas, organizadas pela pesquisa biográfica de José Antônio Gonsalves de Mello, em forma de livro, publicado em 1982, conforme demonstrado abaixo.

O Quadro 1 acima descrito contém uma sequência de nove cartas oficiais do então, ministro Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho no período de 1796 a 1810. Denominamos de *Cartas da Natureza* por tratarem de pesquisas que estavam vinculadas às questões da Natureza nos domínios coloniais (Gomes, 2021c). Observamos, que estas correspondências oficiais, ora, foram emitidas de Portugal (Queluz), ora do Rio de Janeiro. Desse montante de 09 (nove) correspondências oficiais, 04 (quatro) delas, estão dirigidas ao Governador de Pernambuco e 04 (quatro) destinadas à Manuel Arruda da Câmara e a última carta sem identificação do destinatário, porém a descrição do conteúdo delas se complementam com as demais.

As primeiras sete cartas estão datadas no período em que Sousa Coutinho esteve à frente da Secretaria do Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em Portugal, entre 1796 a 1801 e as duas últimas cartas estão vinculadas ao período em que Sousa Coutinho presidiu o Real Erário (1801-1803) e na Regência de D. João VI (1808-1812), período em que esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no Rio de Janeiro (Rainfas, 2000).

Quadro 1. CARTAS DA NATUREZA: Correspondências oficiais da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810).

Remetente (Local, data mês e ano)	Destinatário	Conteúdo das cartas - Questões centrais
Sousa Coutinho Queluz, 10/11/1796	Governador de Pernambuco	- Encarregar à Arruda o exame de nitreiras, salitre no sertão das caatingas.
Sousa Coutinho Queluz, 18/03/1797	Governador de Pernambuco	- Encarregar à Arruda visitar toda a Capitania de Pernambuco com o fim de descobrir salitre e outras quaisquer minas, depois passar em Jacobina e ao Rio São Francisco informar sobre as minas de cobre salitreiras.
Sousa Coutinho Queluz, 18/03/1797	Manuel Arruda da Câmara	- A mesma ordem expressa acima descrita.
Sousa Coutinho Queluz, 04 /01/1798	Manuel Arruda da Câmara	- Dar o parecer às pesquisas científicas e recompensas pelo Real Serviço.
Sousa Coutinho Queluz, 27/09/1798	Manuel Arruda da Câmara	- Informa que ordenou o Governador da Capitania de Pernambuco o pagamento pelos serviços prestados.
Sousa Coutinho Queluz, 27/09/1798	Governador de Pernambuco	- Ordena pagamentos aos serviços de pesquisas destinado à Arruda da Câmara.
Sousa Coutinho Queluz 18/11/1800	Governador de Pernambuco	- Determina que Arruda faça pesquisas na nitreira da Serra da Ibiapaba.
Sousa Coutinho <i>Rio de Janeiro</i> 28/03/1810	Manuel Arruda da Câmara	- Manda o naturalista confeccionar 200 quintais de caruatá para uso da Marinha.
Sousa Coutinho <i>Rio de Janeiro,</i> 26/04/1810	-	- Indica o naturalista para assumir o cargo de inspetor do Jardim Botânico de Pernambuco.

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda. Obras impressas de Manuel Arruda da Câmara. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras Reunidas (1752-1811), 1982. Organização: Gomes, Márcia M. C, 2020.

É importante mencionar que a ocupação desses cargos, reflete o seu poder de influência na administração metropolitana portuguesa e no domínio colonial. A estratégia para gerir o território colonial à distância, se deu pelo intercâmbio político entre Sousa Coutinho e os agentes administrativos da Colônia, por meio de correspondências oficiais, geralmente endereçadas ao governador da capitania

de Pernambuco, à época, D. Tomás José de Melo, que administrou essa Capitania durante 1787 a 1798, mas, no final do ano de 1798, passa a ser governada por uma junta, no qual esteve à frente o Bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho até 1802 (Almeida, 2014).

Nessa hierarquia administrativa, há uma centralização e fortalecimento de poder metropolitano e na colônia e segundo (Perides, 2011, p. 83) o Governador Geral “[...] em princípio seria hierarquicamente o principal representante na colônia”. Mas, ao que parece os governadores das capitanias, tinham mais acesso ao ministro Sousa Coutinho do que o Governador Geral.

É importante mencionar que antes da gestão de Sousa Coutinho e do *boom* das viagens científicas luso-brasileiras no século XIX, já havia uma política de remessas pela capitania Pernambuco, ou seja, de envio de objetos de História Natural para Portugal, entre eles, o de animais que se deu entre 1754 e 1805 pelos governadores de Pernambuco (Almeida, Papavero, 2014).

Em vista disso, investigamos o termo “remessa”, embora não tenha sido mencionada nas “cartas da Natureza”, mas bastante usual na historiografia das viagens científicas luso-brasileiras. Realizamos uma busca da acepção da palavra remessa no “Vocabulário Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau de 1712, dentre as quais, a de: “Acção de remeter [...]. *Exportatio*, [...] ‘encomendas ou mercancias, que vão remetidas a esta, ou aquella pessoa [...]’ (Bluteau, 1712, p. 5591-5592) Notamos que não se trata de um significado isolado de outras dimensões da vida social Ilustrada e colonial. Podemos inferir que remessa e Natureza não estão desconexas da relação econômica, que as viagens científicas luso-brasileiras proporcionaram.

Observamos ainda no Quadro 01, que as palavras mais utilizadas constituem elemento-chave para compreender a ideia de Natureza contida nas entrelinhas das cartas, como: “encarregar o exame de nitreiras, salitre”, ‘descobrir salitre e outras quaisquer minas’, ‘visitar e depois passar em Jacobina e ao Rio São Francisco’ e ‘informar sobre as minas de cobre salitreiras’. Logo, a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras se ocupou de uma lógica de exploração da natureza com fins de interesses de mantimento do poderio português nas colônias no período de grande evocação da razão iluminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo realizou uma discussão sobre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras fazendo um corte analítico sobre a ideia de Natureza. Partimos de perguntas que nortearam essa investigação, nas quais foram elas: Que objeto material poderemos extrair a ideia de Natureza pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Será que a ideia de Natureza era ratificada pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Esses questionamentos, guiaram nossa metodologia por meio de pesquisa documental e bibliográfica e no decorrer de nosso processo investigativo, selecionamos dois

tipos de fontes impressas: Os dicionários portugueses do século XVIII e as cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino.

Da análise bibliográfica e documental, vimos, que todos os termos descritos nas cartas administrativas, sobretudo às do Ministro Rodrigo de Souza Coutinho, evidenciaram uma ideia de Natureza estruturada pela política de mando da Secretaria de Estado Ultramarino e ratificada pelos naturalistas viajantes. Assim, a ideia de Natureza da América portuguesa era vista como objeto exploratório e utilitário com fins econômicos, apoiada pela ciência, sobretudo pelos estatutos da História Natural produzida na Universidade de Coimbra e na Academia Real de Lisboa, que tinham acentuada dependência do poder central.

Portanto, podemos inferir que todos esses termos descritos nas cartas administrativas, evidenciam uma ideia de Natureza, estruturada pela política de mando da Secretaria de Estado Ultramarino e ratificada pelos naturalistas viajantes.

Ademais, essa política de mando da Secretaria de Estado tem forte atuação na relação de poder frente aos naturalistas viajantes luso-brasileiros no processo de investigação da Natureza no sertão da caatinga.

Assim, ressaltamos que pela ótica da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, a Natureza era vista como recursos naturais, logo, o objeto de História Natural que mais interessava à economia portuguesa. Portanto, os dicionários e as cartas analisadas, evidenciam que a ideia de Natureza esteve subentendida, forjada por esses processos de territorialização da Natureza no passado colonial.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Senado Federal, 1998.

AGUIAR, José Otávio e Buriti, Catarina de Oliveira. Meio ambiente e cultura nas capitanias do Nordeste colonial: Nacionalismo e reformismo ilustrado na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814). *História*, Franca, 2009, v. 28, n. 1, p. 347-380. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742009000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____, José Otávio. A botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, 2011, v. 29, n 1, Dossiê História Colonial, Parte I, p.180-205. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24301>. Acesso em: 03 de ago. 2018.

ALMEIDA, Rosângela D. de; Passini, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Argus de Vasconcelos, Papavero, Nelson e Teixeira, Dante Martins. Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores de Pernambuco. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2014. Disponível em: http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/backup/NEHiLP_2.pdf. Acesso em: 02 fev 2021.

CAPANEMA, Carolina Marotta. A Natureza política das Minas: Mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. O problema de escala. In: Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo César da C. e Corrêa, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERREIRA, Bruno Ferraz Leal. Economia da natureza: a História natural, entre a teologia natural, e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822). 2016. p. 233f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONSECA, Luís Adão. O imaginário dos navegantes portugueses no século 15 e 16. Estudos Avançados, 2018, v. 6, nº 16, 1992,35-51. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9597>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GOMES, Márcia Maria Costa. Território ilustrado: uma investigação da ideia de natureza pelas viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga (1794-1810). Tese de Doutorado. Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23550>

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. Petrópolis, RJ/São Paulo: Contexto, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

KURY, Lorelai Brilhante, et al. Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões. In: Kury, Lorelai B. (org.). Neves, Erivaldo Fagundes et al. Sertões adentro: viagens nas caatingas – séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). 6ª ed. In: CASTRO, Iná

Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____, Antônio Carlos R. Geografia Histórica do Brasil: Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

PEDREIRA JORGE e Costa, Fernando Dores. A inesperada regência (1789-99). In: D. João VI: um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 52-70.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, 2014, v. 15, n. 29, p. 498-526, dez. 2014. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/numeros-anteriores/topoi29/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

RAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo, Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, 1997, p. 01-19.

_____, Ronald. Viagens e História natural dos Séculos XVII e XVIII. In: Pereira, Paulo Roberto (Org.). Brasil dos viajantes. Brasileira da Biblioteca Nacional: Guia de Fonte sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

_____, Ronald. Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha *et al.* Territórios, território: ensaio sobre ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-311.

Fontes Impressas - Obras Raras

BIBLIOTECA digital luso-brasileira. Cartas sertanistas: Brasil, História, entradas e bandeiras 1634-1728. Mapas. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Brasil%20-%20Hist%C3%B3ria%20->

%20Entradas%20e%20bandeiras,%201634-1728%20 %20Mapas&type=subject.
Acesso em: 25 fev 2020.

CAVALIERE, Ricardo, s/d. Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do Século XVIII. (s/d), on-line. Repository: Institutional Repository of the Ibero-American Institute, Berlin. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/304707422.pdf>. Acesso em 05 jul. 2021

COIMBRA. Arquivo da Universidade de Coimbra. Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra, 2021. (Acessado em 20 de junho de 2021) em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=272471>.

CORTESÃO, Jaime, 1965. História do Brasil nos velhos mapas. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/400>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario Portuguez e latino: [...] Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____, Rafael., 1789. Dicionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau e reformado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Leitão, Cândido de Mello, 1941. História das expedições científicas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1941.

Fontes Impressas – Cartas

PORTUGAL, 1796, novembro, 10.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] para o Governador de Pernambuco [...] que encarregue o exame de nitreiras e [...] salitre no sertão das caatingas [...]. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 266.

PORTUGAL, 1797, março, 18.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] para o Governador de Pernambuco [...] pagamento de pensão e ajuda de custo [...] ao exame de nitreiras e [...] de salitre [...] na Capitania de Pernambuco, Jacobina e Rio São Francisco. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 267.

PORTUGAL, 1797, março, 18.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] pagamento de pensão e ajuda de custo [...] ao exame de nitreiras e [...] de salitre [...] na Capitania de Pernambuco, Jacobina e Rio São Francisco. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 268.

PORTUGAL, 1798, janeiro, 04.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] zelo pelo serviço [...] e recompensa aos trabalhos de Arruda da Câmara no cobrimento de despesas [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 269.

PORTUGAL, 1798, setembro, 27.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] ao Governador de Pernambuco [...], ordena pagamento aos serviços de pesquisas destinado à Arruda da Câmara. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 271.

PORTUGAL, 1798, setembro, 27.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Palácio de Queluz [...] para o Governador de Pernambuco [...], ordena o pagamento pelos serviços prestados à Arruda da Câmara. [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 270.

PORTUGAL, 1800, novembro, 18.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], [...] para o Governador de Pernambuco [...]. Determina que Arruda faça pesquisas na nitreira da Serra da Ibiapaba [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Manuel Arruda da Câmara - cronologia. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 290.

RIO DE JANEIRO, 1810, março, 28.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Rio de Janeiro[...] para Arruda da Câmara [...], Manda o naturalista confeccionar 200 quintais de caruatá para uso da Marinha [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Manuel Arruda da Câmara - cronologia. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 291.

RIO DE JANEIRO, 1810, abril, 26.

CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho], lavrada no Rio de Janeiro[...] para Arruda da Câmara [...], indica o naturalista para assumir o cargo de inspetor do Jardim Botânico de Pernambuco [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Manuel Arruda da Câmara - cronologia. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 291.

Contato com o autor: mmarciagomes@gmail.com

Recebido em: 27/06/2024

Aprovado em: 12/05/2025